

## NIASSA

## Deputados fiscalizam actividades do Executivo



Os membros da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República estão satisfeitos com o desempenho do Conselho Executivo Provincial do Niassa.

Este sentimento foi manifestado na cidade de Lichinga pelo deputado António Niquice, presidente desta Comissão, que manteve encontros com os representantes do Executivo provincial, no âmbito da fiscalização da acção governativa.

A satisfação surge em virtude dos índices financeiros alcançados no primeiro semestre deste ano, nomeada-

mente uma produção global de 39,9 mil milhões de meticais, contra 48,4 mil milhões alcançados em igual período de 2021.

A Comissão do Plano e Orçamento está na província de Niassa para aferir a execução e o cumprimento do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) referente ao segundo semestre do 2021 e primeiro semestre do 2022.

“Constatámos, com satisfação, os esforços de melhoria das condições de vida da população”, disse Niquice.

Encorajou o Executivo do Niassa a continuar a trabalhar para colocar a província na rota do desenvolvimento,

continuam a ser os que mais se destacam, com 83,3 pontos percentuais, seguindo-se o comércio e serviços com 8,3 e pescas com 7,1 por cento.

Quanto às despesas correntes e de capital, a governadora do Niassa disse que, dos 858.4 milhões de meticais da dotação orçamental actualizada, 669.4 milhões de servirão para as despesas de funcionamento, dos quais foram executados 261,4 milhões de meticais; 189 milhões de meticais foram canalizados para as despesas de investimento interno, enquanto do externo foram aplicados 61,9 milhões de meticais.

Na ocasião, Massengele enumerou um conjunto de desafios com os quais a sua província ainda se debate, destacando, por exemplo, a necessidade de promoção desta região do país como destino turístico de referência nacional e internacional.

A comitiva parlamentar que trabalha na província do Niassa integra, além do presidente António Niquice, os deputados Cernilde Amélia Muchanga, Carlos Manuel, Marquita Alexandre Luforte Jaime, Sábado Chombe, Mustagibo Atimo Bachir e Fernando Bismarque Ali.

Além dos encontros de trabalho com os governantes, empresários e agentes económicos, o grupo vai escalar os distritos de Muenbe e Chimbonila, a fim de interagir com os governos locais e visitar empreendimentos económicos.

CRIMES CONTRA LIBERDADE DE EXPRESSÃO  
Magistrados capacitados para o combate cerrado

Este é o primeiro curso sobre esta matéria a ser organizado pelo CFJJ

CERCA de trinta magistrados de todas as províncias do país, entre judiciais e do Ministério Público, estão a ser capacitados em matérias de liberdade de expressão, acesso à informação e segurança dos jornalistas.

A iniciativa, que decorre na cidade de Maputo, é do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e visa fortalecer o aparelho judiciário para combater todas as formas de violação de direitos, deveres e liberdades de expressão e de imprensa, bem como a responsabilização civil e criminal dos respectivos infratores.

Falando na abertura do curso, que vai até amanhã, a

directora do CFJJ, Elisa Boerekamp, defendeu actuação conjunta dos órgãos e instituições da Administração da Justiça, mormente o poder judicial, o Ministério Público e o Serviço de Investigação Criminal (SERNIC), de modo a reduzir a impunidade dos crimes ligados a esta matéria.

Disse que, além de serem direitos, deveres e liberdades consagrados na Constituição da República, as liberdades de expressão e de imprensa e o acesso à informação constituem meios e instrumentos importantes na luta contra a pobreza, fortalecimento da democracia, boa governação, unidade nacional e da consciência patriótica.

“De Outubro de 2021 a Janeiro de 2022, registaram-se no país 50 mil casos de burlas e fraudes nas telecomunicações. Deste número, 20 mil são casos de burla, 613 ameaças a pessoas, 44 ataques cibernéticos e outros crimes”, apontou Boerekamp, citando dados do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM).

A magistrada mostrou-se ainda preocupada com a incidência deste tipo de crimes no país, indicando que, nos últimos anos, há cada vez mais evidências devido à escalada de violência e do número de ataques a jornalistas e outros trabalhadores

da comunicação social.

“Os ataques verificam-se também contra cidadãos, que se defrontam com incidentes que afectam sua capacidade de exercer a liberdade de expressão”, acrescentou, explicando depois que “tais incidentes se expressam através de ameaças de interposição de processos judiciais, detenções, prisão, recusa de acesso e ausência de investigação e de punição dos crimes que têm sido cometidos”.

A directora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária pediu às instituições de comunicação social para colaborarem com as autoridades da justiça, com acções que assegurem que as acusações sejam procedentes e deem lugar ao julgamento dos responsáveis por ataques a jornalistas.

Em termos de educação cívica para a cidadania, defendeu o engajamento das organizações da sociedade civil na sensibilização, especialmente sobre prevenção e aumento da cultura de tolerância à manifestação pacífica e ao pensamento divergente.

“O CFJJ reitera o compromisso de, no quadro de projectos e acções conjuntas, fortalecer as capacidades dos órgãos de Administração da Justiça e dos seus profissionais no combate aos crimes contra a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, segurança de jornalistas e acesso à informação”, garantiu Elisa Boerekamp.

## PUBLICIDADE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Conselho de Serviços de Representação do Estado na Cidade de Maputo  
Serviços de Justiça e Trabalho  
Quarto Cartório Notarial de Maputo  
Rua João Carlos Raposo Beirão, nº 345, R/C

## HABILITAÇÃO DE HERDEIROS POR ÓBITO DE DAUTO CASSIMO FAQUIRA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de trinta de Maio de dois mil e vinte e dois, lavrada de folhas setenta e cinco verso a folhas setenta e seis, do livro de notas para escrituras diversas número duzentos e noventa e quatro “C”, deste Quarto Cartório Notarial, perante mim, ERMELINDA JOÃO MONDLANE MATINE, Conservadora e Notária Superior, em exercício no referido Cartório Notarial, foi lavrada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de DAUTO CASSIMO FAQUIRA, de cinquenta e dois anos de idade, no estado de viúvo, natural de Homoine, nacionalidade moçambicana, com última residência no Bairro de Mussumbuluco, Matolacidade de Maputo, sem ter deixado testamento com disposição da sua última vontade.

Mais certifico pela operada escritura pública, que deixou como única e universal herdeira, sua mãe AUAGE DAUTO CASSAMO, viúva, natural da Maxixe, residente em Homoine e de nacionalidade moçambicana. Que não deixou outras pessoas que por lei com ela possam concorrer à sucessão da herança e que dela fazem parte bens móveis e imóveis.

Está Conforme

Maputo, aos 25 de Julho de dois mil e vinte e dois  
O Conservador e Notário Técnico  
(Ilegível)

6659



República de moçambique

Conselho De Serviços de Representação do Estado na Cidade De Maputo  
Serviços de Justiça e Trabalho  
Quarto Cartório Notarial de Maputo  
Rua João Carlos Raposo Beirão, nº 345, R/C

## HABILITAÇÃO DE HERDEIROS POR ÓBITO DE LÚCIA AUGUSTA SIMÕES

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de trinta de Maio de dois mil e vinte e dois, lavrada de folhas setenta e três verso a folhas setenta e quatro verso, do livro de notas para escrituras diversas número duzentos e noventa e quatro “C”, deste Quarto Cartório Notarial de Maputo, perante mim, ERMELINDA JOÃO MONDLANE MATINE, Conservadora e Notária Superior, em exercício no referido Cartório Notarial, foi lavrada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de LÚCIA AUGUSTA SIMÕES, de cinquenta anos de idade, no estado de casada com Daúdo Cassimo Faquirá sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Maputo, nacionalidade moçambicana, com última residência no Bairro de Chamanculo, nesta cidade de Maputo, sem ter deixado testamento com disposição da sua última vontade.

Mais certifico pela operada escritura pública que deixou como única e universal herdeira, sua filha MAURA SOFIA DA CONCEIÇÃO MIRANDA, solteira, maior, natural de Maputo e residente em Maputo, e de nacionalidade moçambicana. Que não deixou outras pessoas que por lei com ela possam concorrer à sucessão da herança e que dela fazem parte bens móveis e imóveis.

Está Conforme

Maputo, aos 25 de Julho de dois mil e vinte e dois  
O Conservador e Notário Técnico  
(Ilegível)

6659



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA CIDADE DE MAPUTO  
2ª SECÇÃO COMERCIAL

## ANÚNCIO

Pela Segunda Secção Comercial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo correm éditos de **vinte (20) dias**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado **SAMUEL JÚLIO SITEO**, residente no Bairro do Boquisso, Posto Administrativo de Ressano Garcia, para, no prazo de **dez (10) dias**, posteriores à quele dos éditos reclamarem, querendo, o pagamento dos seus créditos pelo produto dos bens móveis, constituídos por diverso mobiliário e de electrodomésticos, penhorados, sobre que tenham garantia real, nos **Autos de Execução Ordinária nº 107/21-W**, movidos pelo exequente **SOCREMO MICROBANCO, SA**.

Maputo, aos 23 de Junho de 2022

O Escrivão de Direito  
**Benjamim Paulino Mondlane**

Verifiquei

O Juiz de Direito  
**Hermenegildo Pedro Chambal**

6652



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
GOVERNO DO DISTRITO DE ZUMBU  
SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TECNOLOGIA  
UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES

## ANÚNCIO DE ADJUDICAÇÃO

De acordo com alínea d) nº 3 do artigo 33 do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Maio, comunica-se que o objecto dos concursos indicados na tabela abaixo foi adjudicada à empresa que igualmente se indica:

Nº do concurso	Objecto	Modalidade	Empresa Adjudicada	Valor (MT)
Concurso nº 1	Material de consumo para escritório- <b>Lote I</b>	Concurso por Cotação	<b>PAPELARIA NHÚNGUÊ</b>	350.000,00
Concurso nº 1	Material de consumo para escritório- <b>Lote II</b>	Concurso por Cotação	<b>CANHIMBE COMERCIAL</b>	350.000,00
Concurso nº 2	Material para manutenção e reparação de bens móveis	Concurso por Cotação	<b>THE NEW MILLANO GROUP, LDA</b>	350.000,00
Concurso nº 3	Material de limpeza e higiene	Concurso por Cotação	<b>THE NEW MILLANO GROUP, LDA</b>	350.000,00
Concurso nº 4	Géneros alimentícios	Concurso por Cotação	<b>CASA ANGEL</b>	350.000,00
Concurso nº 5	Fardamento e calçado	Concurso por Cotação	<b>REPROGRAFIA YUBRU</b>	350.000,00
Concurso nº 6	Fornecimento de refeições	Concurso por Cotação	<b>TROPICAL ZUMBU-2</b>	350.000,00
Concurso nº 7	Serviços gráficos	concurso por Cotação	<b>REPROGRAFIA YUBRU</b>	350.000,00
Concurso nº 8	Transporte e carga	Concurso por Cotação	<b>MEGA COMERCIAL</b>	350.000,00
Concurso nº 9	Manutenção e reparação de bens imóveis	Concurso por Cotação	<b>KHOMATEC, LDA</b>	350.000,00
Concurso nº 10	Outras- maquinarias e equipamentos	Concurso por Cotação	<b>CONSULTING SERVIÇOS</b>	216.000,00

Zumbu, Julho de 2022  
**A U G E A**

279